



MOÇAMBIQUE

País precisa de novo projeto de nação

As últimas notícias sobre o país não são animadoras. A intranquilidade e a insegurança continuam crescendo. Por conseguinte, a fragilidade dos mecanismos de controle da situação se torna cada vez mais clara. E, como a tendência é que novos acontecimentos se sucedam até e após as eleições, a falida máquina do Estado ainda será colocada à prova sucessivas vezes.

O país, as instituições nacionais e internacionais e a sociedade civil aparentam não ter mais respostas adequadas para a profusão de reivindicações. E o início da campanha eleitoral em 22 de setembro tem tudo para se transformar em mais um espaço para que se acendam polarizações, acusações e promessas oportunistas.

Contudo, no curso de tantas ameaças ao processo eleitoral, ainda aguardamos que surjam projetos e propostas para enfrentar a fome, as doenças, a falta de meios para subsistência, o analfabetismo, o desemprego, as milhares de minas enterradas no país, os motins, as milícias privadas, além de outra pluralidade de problemas e demandas.

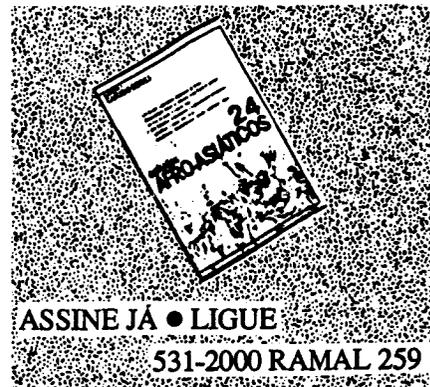
Por outro lado, toda essa série de mazelas, associada ao débil e inseguro avanço da prática multipartidária e democrática, não deve se tornar obstáculo para a necessidade imperiosa de se avaliar a recente experiência histórica do país. É preciso que se proponha um novo projeto de nação que vise, entre outras coisas, políticas que assegurem a consolidação econômica, a autonomia, a integração, a unidade e a independência.

É necessário superar ou integrar

melhor a divisão em regiões econômicas "distintas", um legado do colonialismo português, e a maior integração do sul e do centro do país no subsistema econômico da África Austral; assegurar a livre circulação de pessoas, bens e capitais; acumular excedentes e melhor repartir os rendimentos nacionais entre as regiões e as classes sociais; evitar que os desequilíbrios entre as várias zonas do país (cidade/campo, litoral/interior, norte/sul) venham a ser explorados por interesses menores; descentralizar a administração e a economia com os critérios mais transparentes e democráticos possíveis, para que assim os poderes e os recursos locais sejam melhor controlados pelos movimentos organizados, e não unicamente pelas elites locais ou regionais (que muitas vezes guarnecem interesses ocultos por trás das teses regionalistas ou federalistas); sustentar a unidade nacional apoiando-se no respeito e no reconhecimento das diferenças regionais, etnolingüísticas, culturais e ideológicas; e absorver técnicas administrativas, tecnologias e ciências modernas que beneficiem o país e, acima de tudo, a maioria da população.

Em suma, poderíamos continuar destacando outras necessidades. Mas, talvez baste. O leque apontado, não há dúvidas, já está carregado de dificuldades. Todavia, indiscutivelmente, são boas metas nacionais e político-partidárias, motivação suficiente para que uma prática política civilizada e competente convença e demonstre aos moçambicanos que "a luta continua".

Edson Borges
(Pesquisador do CEAA)



NESTA EDIÇÃO

- Mais dinheiro na cooperação com os Palop 2
- Cimeira dos sete lusófonos possível em novembro 2
- Autonomia de Cabinda aceite em 1995 3
- Dhlakama insiste em governo de unidade 3
- Medo dos polícias e dos ladrões 4
- Unita abandona Lusaca? 5
- Chissano e Dhlakama a par 6
- New role for South African forces 7
- Quem mais comerá no governo de unidade nacional? 7
- O Huambo foi bombardeado 8
- Uma lança em África 9
- Ainda há prisioneiros de guerra 9
- Dois trezes para Moçambique 10
- Televisão portuguesa em Moçambique 10
- Alerta por Moçambique 10
- 'Confess your crimes' 11
- Suharto charmoso 11
- Soldados especiais 12
- Não há milagres para fazer soldados 13
- A outra embaixada em Moçambique 13
- O 'pesadelo' samurai 14

Audiovisual

PÚBLICO, 22.8.94

Mais dinheiro na cooperação com os PALOP

Áurea Sampaio

Marques Mendes vai esta semana a Cabo Verde. A deslocação serve para inaugurar formalmente as instalações da nova televisão local. Mas o mais importante é o acordo que lhe está subjacente. O Governo rotulou de "objectivo estratégico" a cooperação com os PALOP no audiovisual. Está disposto a abrir os cordões à bolsa, mas quer contrapartidas.

Comecem a atingir as centenas de milhares de contos as verbas anualmente disponibilizadas pelo Governo para a cooperação no domínio do audiovisual com os Países Africanos de Língua Oficial Portuguesa (PALOP). O aumento significativo do montante prende-se com a recente decisão governamental de considerar como "objectivo estratégico" o aprofundamento da cooperação com África nesta área. Mas, além destes povos, são também os emigrantes portugueses espalhados pelo mundo que o Governo quer atingir, depois de ter subitamente descoberto que, na era da informação, o audiovisual pode ser um instrumento político-cultural quase inexcedível.

Foi talvez o lançamento

da RTP Internacional, em meados de 1992, e os ecos subsequentes ao seu funcionamento, que deram ao Executivo a dimensão das potencialidades do meio. Os aplausos foram tantos que para os lados de S. Bento já se qualifica de "decisão histórica" a abertura das emissões da RTPI. Mas a inexperience ou a falta de visão não permitiram desde logo capitalizar o investimento que nesse ano estava a ser feito em S. Tomé com a construção do edifício e a montagem de equipamentos da televisão local.

Tudo pronto e entregue em finais de 92, o Governo não soube negociar localmente contrapartidas ao esforço financeiro desenvolvido. Isto é, nada impede que, por exemplo, os franceses, muito activos na ilha, passem a dominar a programação de uma televisão montada e equipada pelos portugueses.

Ao que parece, as coisas podem estar a mudar. É pelo menos esse o sentido do empenho de Marques Mendes, ministro da tutela, numa negociação cautelosa e demorada com as autoridades cabo-verdianas para chegar ao acordo que esta semana vai ser subscrito pelos dois Estados. Para isso, o ministro desloca-se esta semana ao arquipélago, onde se prepara para falar da sua nova estratégia no domínio do audiovisual, recheada de algumas novidades.

Nova filosofia

Uma novidade que precede o estabelecimento do acordo com o

Governo da Cidade da Praia prende-se com a filosefia subjacente à sua elaboração. Segundo o próprio ministro disse ao PÚBLICO, a cooperação no domínio do audiovisual não pode ficar-se por meros aspectos quantitativos, "é preciso passar ao domínio da qualidade e do conteúdo". O que, no entender de Marques Mendes, não é possível sem que em vez de uma acção pontual e casuística o Governo passe a agir de uma "forma planeada e programada".

Sinal dos novos tempos foi a orientação dada à RTP, RDP e Lusa, que com as suas congéneres nos PALOP estabeleciam acordos empresa a empresa. Ora, segundo o Governo, esta prática dificulta a visão estratégica, pelo que as relações passam a fazer-se Estado a Estado. "Como é o Estado que financia, é o Estado que deve definir prioridades e meios a afectar", diz o ministro.

Pois bem, quando esta semana inaugurar formalmente as novas instalações da televisão de Cabo Verde — construída de raiz por Portugal e que orçou em mais de um milhão de contos —, Marques Mendes subscrive também um acordo com um novo conteúdo: o investimento material deve servir para o reforço dos laços históricos, políticos e culturais entre os dois povos.

Aí se contempla a obrigatoriedade da inclusão diária de cinco horas de programação portu-

guesa fornecida pela RTPI, dando-se como contrapartida a inserção de programas produzidos pela televisão de Cabo Verde nas emissões da RTP Internacional destinadas a chegar aos emigrantes deste país espalhados pelo mundo. Também a RDP vai ter a sua cobertura estendida a todo o território do arquipélago, pelo que serão instalados três novos emissores, num investimento de cerca de 140 mil contos a fazer por Lisboa.

Mas a grande e inusitada novidade é que as autoridades daquele país cederam as três frequências necessárias para a operação, o que é inédito, dado a RDP ser uma entidade estrangeira.

A parte portuguesa deseja que o acordo da Praia tenha um efeito multiplicador. E isso parece desde já assegurado com a pretensão manifestada por Moçambique de que Portugal construa também o centro de produção da sua televisão. O compromisso já foi assumido quer pelo Ministério dos Negócios Estrangeiros, quer pela tutela da comunicação social portuguesa, aguardando-se agora o desfecho das eleições em Moçambique para as coisas avançarem.

Eleições que, a par das de S. Tomé, determinarão a data da realização de uma conferência com os ministros da Informação dos PALOP que Marques Mendes deseja concretizar talvez ainda este ano. "Há que acentuar a vontade política", diz o ministro.

No domínio do audiovisual, destaca-se ainda o facto de a RTP Internacional ir chegar a todo o mundo até ao final do ano, emitindo 24 horas por dia e possibilitando, entre outras coisas, as transmissões em directo. ■

Itamar Franco aceitou proposta de datas para reunião em Lisboa

Cimeira dos sete lusófonos possível em Novembro

PÚBLICO, 22.8.94

O PRESIDENTE do Brasil, Itamar Franco, aceitou em princípio desloca-se a Lisboa, nos dias 28 e 29 de Novembro, para se reunir com os chefes de Estado e de Governo dos sete países lusófonos. A informação foi dada ao PÚBLICO, no Rio de Janeiro, pelo embaixador do Brasil em Lisboa, José Aparecido de Oliveira, que se encontrou com Itamar Franco, em Brasília, na quinta-feira.

A reunião dos "sete" estava inicialmente marcada para o final

de Junho, mas foi adiada, à última hora, devido à morte do sobrinho e secretário particular do Presidente brasileiro, Ariosto Franco. A reunião instituiria formalmente a Comunidade dos Países de Língua Portuguesa. As novas datas, sugeridas por Cabo Verde, estão a ser objecto de consulta dos embaixadores do Brasil e dos PALOP acreditados em Lisboa. Aparecido de Oliveira disse que, "em princípio", o Presidente brasileiro concordou com a sugestão.

Itamar Franco tem manifesta aversão por viagens ao exterior. Desde que assumiu o poder, há 23 meses, o Presidente já cancelou duas visitas a Portugal e quatro a outros países. Após o adiamento da cimeira dos países lusófonos, Itamar recebeu uma carta de Mário Soares, reiterando o interesse da Presidência portuguesa pela sua visita. Cavaco Silva fez o mesmo relativamente à cimeira bilateral, interrompida desde 1991.

Há duas semanas, ao receber

Maria de Lurdes Pintasilgo no Palácio do Planalto, em Brasília, o Presidente brasileiro assegurou à ex-primeira-ministra que a deslocação a Portugal continua nos seus planos. Mas não se comprometeu com uma data. O Presidente não se quer afastar do país antes das eleições gerais de 3 de Outubro, que poderão requerer uma segunda volta das presidenciais, em 15 de Novembro. Como o seu mandato expira em 1 de Janeiro, só lhe restariam 45 dias, para visitar Portugal como chefe de Estado.

As datas sugeridas por Cabo Verde ainda dependem da aprovação do Grupo de Concertação Política que reúne os representantes dos sete países lusófonos. A decisão será tomada em Lisboa, no próximo dia 9. ■

João Bosco Jardim,
no Rio de Janeiro

FLEC/FAC revela acordo com MPLA

PÚBLICO, 28.8.94

Autonomia de Cabinda aceite em 1975

UM ACORDO de autonomia durante 10 anos, após os quais Cabinda se tornaria independente, teria sido assinado em 1975 entre o MPLA e a Frente de Libertação do Enclave de Cabinda (FLEC, liderada então por Luís Rank Frank), revelou em Luanda uma fonte independentista, numa altura em que a luta se intensifica naquele território.

O general Bonifácio Zenga, que foi comandante da FLEC/Forças Armadas de Cabinda (a primeira dissidência da FLEC, chefiada por Nzita Tiago) na região sul daquela província, disse ao PÚBLICO que o acordo de 75 constituiu o culminar de entendimentos que, a partir da segunda metade dos anos 60, facilitaram o acesso do MPLA à floresta do Mayombe.

"O acordo fez-se na base de que os dois lados sabiam que Cabinda não é Angola e nunca foi colónia portuguesa", sustentou Bonifácio Zenga. Mas Lopo do Nascimento, secretário-geral do MPLA, não acredita na versão daquele general: "Nunca ouvi falar nisso nem creio que seja possível. Em 1975, uma das primeiras medidas de Agostinho Neto (o primeiro Presidente angolano, falecido em 1979) foi enviar soldados cubanos para de-

fender Cabinda e impedir a divisão do país". E Mendes de Carvalho, um veterano do nacionalismo e deputado do MPLA, foi peremptório: "Tinha relações muito directas com o Neto, mas nunca ouvi falar nesse acordo, nem acredito que exista".

Após um longo período em que a FLEC se eclipsou, a guerrilha reapareceu em 1985, expirado o alegado prazo limite no decorrer do qual Luanda não deu sinais de querer negociar com os movimentos independentistas.

Uns anos antes dos acordos de Bicesse, assinados em 1991, Nzita Tiago enviava para a Jamba, bastião da UNITA, os primeiros homens que iriam receber treino militar, numa aproximação facilitada por Nzau Puna, um cabindense que na altura era o delfim de Savimbi, com quem rompeu em 1992.

Aliança com a UNITA

Desde então, Cabinda regressou à ribalta da cena política, multiplicando-se os gestos de aproximação entre o Governo angolano e as várias tendências da resistência (Rank Frank esteve em Luanda nos primeiros meses de 1992). No entanto,

com o regime apostado em obter dividendos face à manta de retalhos que encontrou pela frente, Nzita Tiago preferiu consumir a aliança com a UNITA, em Julho do ano passado.

O general Bonifácio Zenga justifica esta decisão pelo facto de a mesma significar um reforço, em homens e material, que permite enfrentar a superioridade das tropas de Luanda: "Se o Governo tem um exército, porque é que não usa apenas a força interna e paga a mercenários para combater ao seu lado?". Segundo o semanário "The Namibian", de Windhoek, existirão três mil "soldados da fortuna" sul-africanos a combater ao lado das Forças Armadas Angolanas.

A FLEC/FAC manterá em acção cerca de 500 guerrilheiros, mesmo depois das autoridades garantirem que, nos últimos meses, 200 deles se terão rendido. Mas isso não impediu que o general Bonifácio e mais três correligionários fossem enviados para Luanda, segundo alegam, credenciados "pelo presidente Nzita" para contactos permanentes com a "task force" criada pelo Governo para o "caso Cabinda". Essa aproximação devia permitir a realização, no interior

de Cabinda, de um encontro alargado, entre todas as facções, promessa que Nzita Tiago diz ter-lhe sido feita pelo Presidente José Eduardo dos Santos.

"Até agora não se realizou o encontro entre as várias facções porque há interferência dos cabindas que estão no Governo", acusa Bonifácio Zenga, sublinhando que não se rendeu e vive numa situação de refém, sem poder sair de Luanda, o que já tentou em duas ocasiões. Para ele, "à frente da comissão do Governo (onde pontificam figuras do MPLA oriundas de Cabinda) deviam estar elementos neutros, que dessem um tratamento igual a todas as facções da FLEC".

Contrariamente ao que sustentam as autoridades (que falam em referendo aos cabindas, e numa autonomia semelhante à da Madeira), o general Zenga diz que "o diálogo está cada vez mais adiado". [Mas no dia 9 deste mês, segundo a agência Lusa, o governador da contestada província, Manuel Augusto Tomás, reuniu-se com diversos grupos independentistas, que não o de Nzita Tiago]. ■

Aguiar dos Santos,
em Luanda

Dhlakama insiste em Governo de Unidade

PÚBLICO, 28.8.94

O LÍDER da Renamo, Afonso Dhlakama, exigiu que até ao dia 25 de Setembro se chegue a um consenso sobre a necessidade de haver em Moçambique um Governo de Unidade Nacional (GUN) após as eleições presidenciais e legislativas marcadas para 27 e 28 de Outubro.

A delegação da agência Lusa em Maputo diz que os Estados Unidos também são a favor de um Governo moçambicano de coligação, a exemplo daquele que em Maio último se constituiu na África do Sul; mas a Frelimo, até agora no poder, não parece compartilhar dessa ideia.

Em conferência de imprensa dada em Maputo, o comandante da antiga guerrilha disse duvidar da capacidade de qualquer um dos 18 partidos oficialmente existentes no país para governar sozinho o vasto território, cuja população deverá rondar os 17 milhões.

"Se eu vencer as eleições



Afonso Dhlakama,

convidarei os outros partidos para fazerem parte do meu Governo e quero apelar ao Presidente Chissano ou a outro eventual vencedor a convidarem-nos também", afirmou Dhlakama, que é um dos dois principais candidatos à chefia do Estado.

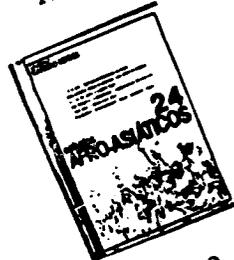
"A Frelimo está a abusar dos

fundos do Estado para a sua campanha eleitoral", alegou o chefe da oposição, que pediu mudanças na rádio e na televisão oficiais, para que não sejam dirigidas por quadros do partido no poder.

Por outro lado, reafirmou que a Renamo jamais irá voltar à luta armada, mesmo que não ganhe as eleições gerais de Outubro, pois que se andou em guerra foi para conseguir a democracia e não o poder. E que tudo o que houver a resolver o será pela via negocial.

Entretanto, a Assembleia da República recusou abolir o serviço militar obrigatório, apesar de o Acordo Geral de Paz há dois anos assinado em Roma dizer que as novas Forças Armadas de Defesa de Moçambique (FADM) devem ser constituídas por voluntários. Voluntários esses de que ainda nem sequer foi possível arranjar 10 mil. ■

ASSINE JÁ ●



LIGUE 531-2000



RAMAL 259



Sair sem documentos em Maputo é ir ao encontro de sarilhos

Medo dos polícias e dos ladrões

PÚBLICO, 28.8.94

Nelson Saúte,
em Maputo

Moçambique tem uma nova força policial, a PRM, Polícia da República de Moçambique, cuja presença é agora maior nas ruas de Maputo. É mais perigosa de dia do que à noite. Começa a patrulhar as ruas à mesma hora em que os estudantes nocturnos saem das aulas: 21h35. Esquiva-se dos lugares que oferecem problemas e recusa-se a defrontar os "gangs" do crime e do tráfico de droga. Agora, a população não teme só os bandidos. Teme sobretudo a polícia.

Documentos!", ordenou o polícia ao transeunte. "Mostra-me primeiro os teus", exigiu o interpelado. Outros dois agentes correram para ajudar os colegas e espancaram à coronhada o cidadão insolente. Depois, vasculharam-lhe a carteira de trazer ao ombro, em palha, e encontraram os documentos. "Eu sou jornalista, amanhã vou escrever isto no meu jornal", disse o agredido. "O gajo devia levar uma bala para escrever melhor", responderam os agressores. Com uma chapada, foi despedido.

Enquanto isso, mais de dez pessoas incorporavam já a caravana de indocumentados, no dizer dos polícias, que percorriam a cidade sem saber para onde iam. Para a esquadra? Não parecia. Tinham saído da Avenida Karl Marx, na esquina com a Marien N'gouabi, mesmo ao pé da 4ª Esquadra, mas levavam a direcção contrária.

Três agentes, dois dos quais envergando farda militar e capacete e o terceiro com a indumentária usual da polícia, haviam começado a noite com alguma delicadeza. A cena de pancadaria era a inaugural. O primeiro casal a ser interpelado atravessava a rua quando os

três lhe barraram a passagem exigindo documentação. Não se identificaram como polícias.

O casal vasculhou os bolsos e concluiu que nenhum trazia o bilhete de identidade, o famoso BI. "Acompanhem-nos", foi a ordem que receberam. Ainda intentaram uma explicação: "Nós moramos naquela esquina, fomos a casa dos pais, ali mais adiante, e esquecemo-nos dos documentos. Podemos ir até à esquina e os senhores terão logo os documentos?"

Mas os polícias em Moçambique indignam-se com relativa facilidade: "O que é que você pensa? Nós somos polícias, o nosso trabalho não é esse." O homem encolhe-se e pede desculpas, enquanto ouve: "Acompanha-nos!" Não lhe disseram para onde. O indicador apontava uma penumbra. Olhou para a mulher e abraçou-a, depois de os dois terem trocado um olhar resignado. Um dos polícias que vestiam farda militar interveio prontamente, apontando a AKM: "Não admito isso à minha frente." Não havia como recorrer. O homem teve de largar imediatamente a mulher.

Mais adiante, aproximou-se outro casal. À mesma interpelação, só a rapariga trazia documentos. O companheiro estava indocumentado, como o polícia se orgulha em o considerar. Mais um elemento para a caravana. "Temos companhia para o nosso passeio esta noite", ironiza um deles. Do outro lado, ouviu-se a gargalhada ensurdecedora que traduzia o júbilo dos polícias, na proporção inversa do medo dos que os acompanhavam. O casal entreolhava-se. O companheiro de jornada reconheceu-os, mas nada disse. Evitava assim um mal-entendido com as autoridades. Entretanto, a companheira apressava-se a ir buscar os seus documentos.

Dois rapazes, mais à frente na Avenida Agostinho Neto, antes da esquina com a Vladimir Lenine, estacionavam a pequena motorizada ao portão de casa quando, de longe, o polícia avisou: "Estão a brincar comigo aqueles gajos." Três passos bastaram para os alcançar. Os dois e a motorizada engrossaram imediatamente a fileira. Tinham todos os documentos — os da motorizada e os respectivos BI — mas lá se arranhou um defeito num dos documentos.

É que o BI de um deles es-

tava amarrotado e tinha nódoas. "Deve ser falso este BI. Vamos embora!" Nunca deve pôr-se em causa o que um polícia diz. Caso contrário, é activada a lei da bala. Para as mortes há depois muitas justificações. Até porque muitos tentam fugir...

"Um gajo já nem pode sair de casa!"

Os rapazes dobraram também a esquina. Pela Avenida Vladimir Lenine — estamos já noutra ponta da cidade — passam muitos estudantes que regressam das aulas em direcção a Maxaquene, um dos bairros mais populosos da capital moçambicana, situado na fronteira com o subúrbio. Antes, fica a Coop, uma das zonas mais luxuosas da cidade. Do outro lado da avenida, situa-se o bairro da Malhangalene. A caravana vai, aliás, em direcção à Malhangalene e à Coop.

"Temos de ir ao dumba-nengue. Agora que temos esta gente nem sei como vamos fazer." Dumba-nengue é o nome dado aos mercados negros na cidade de Maputo. Um dos indocumentados pede ao polícia: "Quando chegarmos àqueles prédios, posso ir a casa buscar os documentos?" E apontava os prédios altos da Coop. Não houve tempo para resposta: "Vamos por aqui." Assim desviava a rota, impedindo que o jovem reunisse as condições que o desobrigavam de integrar o grupo.

Malhangalene é um dos bairros mais degradados de Maputo, cheio de becos e sítios esconsos. Os polícias gostam de intimidar as pessoas e escolhem sempre as zonas mais obscuras. Um deles avisa: "Ali há uns putos que vendem mandrake. São terríveis. A esta hora os gajos já recolheram." O outro não perde de vista quem passa. Um rapaz "rasta" é chamado a identificar-se. Não traz documentos. Está à porta de casa. Saiu para acompanhar um amigo, já ia deitar-se. "P..., um gajo já nem pode sair de casa!"

Foi quando um dos membros do grupo aproveitou a distração dos polícias para fugir. Um polícia saltou o muro no seu encaço. Os outros lamentavam: "O gajo vai lixar-nos." Daí a pouco regressava o polícia, não com o que tinha fugido, mas com um outro. "Este barrou-me o caminho.

Você sabe onde o outro foi." Não teve tempo para se desculpabilizar. Os três aprontaram as infalíveis coronhadas nos ombros do desgraçado. "Onde está o dinheiro com que querias me subornar?" O miúdo, já algemado, mostrou o rabo. Do bolso retiraram-lhe dois mil meticais, o que equivale a 50 escudos portugueses. O polícia exibiu-os e meteu o dinheiro no bolso.

"Parem aí", ordenou um dos agentes já perto da esquadra. "Vocês são a nossa escolta?", indignou-se. O grupo estava a atrasá-los. Mas quando se adiantava, reclamavam: "Estão com pressa?"

Nunca nada está bem para estes polícias. Na esquina estão algumas dumba-nengueiras que vendem amendoins, "chuingas" e latas de cerveja Lion e Coca-Cola. Um deles recolhe os dinheiros ganhos pelas mamas e manda-as calar, ameaçando-as com a arma. Os dois outros, que vigiam o grupo dos indocumentados, manejam e remanejam as armas, entretanto apontadas para os que os acompanham.

Passam os dedos pelo carregador num gesto ameaçador. Qualquer descuido pode ser fatal. Mas eles não se importam. Olham para os indocumentados e riem-se. Entretanto, a namorada de um dos membros da caravana traz-lhe os documentos. Este pede autorização para falar com o casal. Fica com o seu telefone para pedir a alguém que lhes leve os BI.

"Já viu uma coisa dessas?"

Chegados à esquadra no início da Avenida Acordos de Lusaca, no seguimento da Marien N'gouabi, uma das esquinas mais perigosas de Maputo, os indocumentados respondem ao interrogatório. Lá fora, fica a zona onde se concentram drogados, prostitutas, bêbedos e outros marginais. A polícia ignora-os. O alvo preferencial das suas buscas nocturnas são os que, por qualquer razão, se esquecem dos documentos em casa.

Evitam confrontar-

Continua na pág. 5

UNITA abandona Lusaca?

PÚBLICO, 30.8.94

O RESPONSÁVEL da UNITA para as Relações Exteriores, Paulo Lucamba Gato, disse ontem à agência France-Presse, em Abidjã, que o seu partido poderá romper as negociações que desde Novembro do ano passado decorrem em Luanda, se entretanto o Conselho de Segurança das Nações Unidas lhe aplicar novas sanções. Nesse caso, disse, a ONU assumiria "a responsabilidade da escalada militar".

Quase ao mesmo tempo, em Gaberone, onde se reuniu a Comunidade para o

Desenvolvimento da África Austral, era anunciado que o Governo angolano e a UNITA tinham concordado em Lusaca que se constitua uma força de 7000 capacetes azuis logo que a paz seja restabelecida.

Ao longo do último mês, o partido de Jonas Savimbi tem dado especial importância a uma possível mediação sul-africana no chamado "processo de paz", dizendo Luanda que isto é uma forma de fugir a um compromisso firme em Lusaca e um modo de ganhar tempo. ■

Soares na posse de Nino

PÚBLICO, 30.8.94

MÁRIO SOARES já confirmou a sua presença na cerimónia de posse de Nino Vieira como presidente da Guiné-Bissau, que deverá realizar-se no próximo dia 29 de Setembro. O Presidente português foi antontem criticado no semanário guineense "No Pintcha", em artigo não assinado, por ter apresentado felicitações a Nino Vieira quando ainda não se conheciam os resultados finais das presidenciais realizadas no passado dia 7 de Agosto na Guiné-Bissau. O jornal, que não saía para as bancas desde 18 de Maio último, con-

sidera que Mário Soares cometeu "uma grossa asneira" quando felicitou João Bernardo Vieira. As felicitações enviadas por Soares são consideradas "extemporâneas" e, para além disso, diz que acabaram "legitimando a vitória na segunda volta das presidenciais". O jornal chama a Mário Soares "o Pai Nosso que está em Belém", e ainda "o Senhor de Belém", afirmando que este enviou as felicitações a Nino Vieira "cerca de duas semanas antes de a Comissão Nacional de Eleições divulgar os resultados definitivos". ■

CONDENADO DIRECTOR DE JORNAL CABO-VERDIANO —

O director do "Novo Jornal de Cabo Verde", jornal estatal, foi ontem condenado na Cidade da Praia em dois processos por abuso de liberdade de imprensa, noticiou a agência Lusa. José Tavares Gomes, condenado a três anos de prisão com pena suspensa, terá de pagar dentro de seis meses uma indemnização de 700 contos cabo-verdianos (cerca de 1400 contos portugueses). Os processos surgiram após uma queixa de Daniel Lobo, ex-dirigente do Movimento para a Democracia, no poder, que contestou reportagens sobre a organização da convenção do partido, que ditou o afastamento dos dissidentes. Daniel Lobo disse-se "ofendido" e acusou o jornal de não ter publicado o seu direito de resposta.

PÚBLICO, 31.8.94

Continuação da pág. 4

Medo dos polícias e dos ladrões

se com os drogados e os vendedores de droga, os branqueadores e os traficantes, os ladrões e os assassinos que fazem de Maputo uma cidade extremamente violenta. De dia, quando ocorrem assaltos, os polícias assistem impávidos. É à noite que o perigo é maior: em vez de perseguir os criminosos e proteger os cidadãos, a polícia orgulha-se em amedrontar pacíficos transeuntes.

Na esquadra, todos são libertados depois de um breve interrogatório, que termina quando os familiares ali chegam com os documentos esquecidos, à excepção dos dois rapazes da motrizada. No fim, o casal pede a identificação dos três polícias que os detiveram. "Não fomos agredidos fisicamente, mas sim moralmente. Os polícias exerceram muito bem a sua função ao trazer-nos aqui porque não tínhamos documentos. Mas não tinham o direito de abusar da sua autoridade. Não permitir que eu abrace a minha mulher parecem aque-

les tempos de 75."

Instala-se uma crispação difícil de escamotear. Os polícias retiram-se e trazem a resposta comum. "Já viu o que era um polícia identificar-se?", pergunta um dos polícias, que de tão enorme não cabe na farda. "Tenho 16 anos de polícia e nunca me identifiquei. Senão, a todos tinha que mostrar 'está aqui os meus documentos, está aqui os meus documentos'. Já viu uma coisa dessas? O senhor é esperar até vir aquele que lhe trouxe e a gente vai conversar com ele!" O casal recusa-se: "Em 1994 já não estamos para reuniões."

Os presentes seguem com espanto a desconversa. Entretanto, sentado entre os indocumentados que restam na esquadra está o comandante-adjunto da Polícia da República de Moçambique. Embriagado, levanta-se e diz algo imperceptível. Cambaleia pela sala. Está na esquadra para importunar as pessoas. "Vai embora, pá", pede pacientemente o oficial de dia. O outro não o quer ouvir. "Onde está o...?" Com toda a paciência do mundo, um dos colegas vem ampará-lo e pô-lo na rua. ■

Dhlakama apresenta candidatura

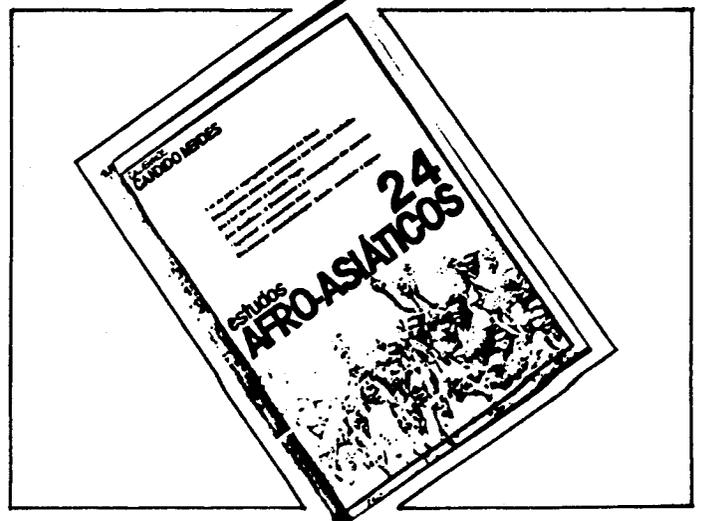
PÚBLICO, 1.9.94

O LÍDER da Renamo, Afonso Dhlakama, apresentou ontem à tarde em Maputo a sua candidatura à Presidência de Moçambique nas eleições marcadas para 27 e 28 de Outubro. Dhlakama apresentou a sua candidatura ao presidente da Comissão Nacional de Eleições a apenas dois dias do fim do prazo legal para o fazer. A Comissão vai agora verificar se as dez mil assinaturas recolhidas pela Renamo satisfazem os requisitos exigidos pela lei eleitoral. Dhlakama é, depois do chefe de Estado moçambicano, Joaquim Chissano, o segundo candidato a formalizar a sua entrada na corrida à Presidência. ■

Estatuto de Savimbi

PÚBLICO, 1.9.94

O PORTA-VOZ da delegação da UNITA nas conversações para a paz em Angola, a decorrer em Lusaca, voltou ontem a insistir na necessidade de ficar definido durante a actual ronda negocial o futuro do seu líder, Jonas Savimbi. Em declarações à Lusa, Jorge Valentim declarou que, sem essa definição, "não se poderá equacionar positivamente a conclusão do Protocolo de Lusaca". Mostrando-se convencido de que o Conselho de Segurança da ONU não aplicará novas sanções à UNITA, aquele responsável acrescentou: "Neste momento estamos bastante avançados quanto à discussão do mandato da Unavem III e do papel dos observadores no órgão que sucederá à CCPM". Expirava ontem à noite o prazo dado pela ONU à UNITA para aceitar as propostas da mediação internacional. O Conselho de Segurança só na próxima semana se deverá reunir informalmente para apreciar a situação angolana. No terreno, continuam a verificar-se combates entre o exército governamental e tropas de Savimbi. Ontem, a agência oficial Angop anunciou a reconquista do município de Belize, em Cabinda, que estava ocupado, desde Junho passado, por forças conjuntas da UNITA e da FLEC/FAC (independentistas). ■



Moçambique a 55 dias das eleições

Chissano e Dhlakama a par

PÚBLICO, 2.9.94

*José Pinto de Sá,
em Maputo*

Chissano e Dhlakama são praticamente as duas únicas pessoas com possibilidade de ficar à frente do Estado moçambicano após as primeiras eleições multipartidárias que, no fim de Outubro, se efectuam no mais populoso dos PALOP.

A menos de oito semanas das primeiras eleições presidenciais directas em Moçambique, o actual chefe de Estado, Joaquim Chissano, e o líder da Renamo, Afonso Dhlakama, encabeçam as sondagens, sensivelmente a par, com destacada vantagem sobre os potenciais candidatos da oposição não armada. Aparentemente, muitos destes não conseguiram sequer reunir as dez mil assinaturas exigidas pela Lei Eleitoral, pelo que no total não deverá haver mais de quatro candidaturas.

Embora o prazo para apresentação das mesmas só termine hoje, a bipolarização política surge já como facto confirmado por todas as auscultações às intenções de voto dos moçambicanos. Quanto aos dois grandes, Chissano aparece ainda ligeiramente à frente de Dhlakama, mas a sua popularidade vem decrescendo, enquanto que o líder da Renamo tem lucrado substancialmente com os graves problemas sociais que o Governo enfrenta.

Os motins de antigos combatentes terão contribuído muito para desgastar

a imagem do Presidente Chissano, acentuando a crescente inoperância do seu executivo face aos problemas de um país cuja real governação é cada vez mais assegurada pelas Nações Unidas, pelo Banco Mundial e por organizações não governamentais estrangeiras. Soldados, milicianos, tropas irregulares, destacamento feminino, guarda presidencial e mutilados de guerra foram protagonistas de motins, com reivindicações ligadas à sua desmobilização. Recusando os inúmeros pedidos de arbitragem formulados pelos amotinados, Chissano terá procurado manter-se afastado do conflito, mas parece ter conseguido apenas alienar o apoio dos seus antigos combatentes, atirando-os para os braços da Renamo.

Consciente do facto, a Frelimo — que, na campanha para as legislativas a realizar na mesma data, parece um pouco mais à vontade do que Chissano no que se refere às presidenciais — tentou inclusive opor-se à prorrogação do prazo de recenseamento eleitoral solicitada pela oposição e recomendada pela Comissão de Supervisão e Controlo do processo de paz. Com o seu termo marcado inicialmente para 15 de Agosto, o censo foi alargado pela Comissão Nacional de Eleições até hoje. A medida destinou-se a permitir o registo de eleitores que ainda se encontram a caminho das suas regiões de origem, nomeadamente refugiados de regresso dos países vizinhos e militares recém-desmobilizados.

Vista grossa

A corrupção, por outro lado, também vem contribuindo para enfraquecer a imagem da Frelimo, e em especial do seu líder. Apesar das acusações generalizadas de toda a oposição, Joaquim

Chissano absteve-se até ao momento de assumir uma posição frontal sobre o problema. Embora a condenação explícita da corrupção pudesse retirar à oposição o seu cavalo-de-batalha, Chissano optou prudentemente por fazer vista grossa, dando prioridade, a qualquer custo, à unidade dentro do partido.

Apesar dos esforços consensuais de Chissano, a existência de tendências no seio da Frelimo torna-se cada vez mais clara. A própria Assembleia da República, actualmente reunida para a sua última sessão antes das eleições, tem sido palco de acerbos debates, não obstante ser monopartidária. Nos últimos dias, fizeram-se ouvir duras críticas ao Governo, que já viu desfeiteados vários projectos de legislação sobre temas como o serviço militar obrigatório e a devolução de bens nacionalizados.

É nítido que os deputados se esforçam por mostrar que a vocação social da Frelimo permanece viva, num momento em que o ex-partido marxista-leninista é cada vez mais identificado com posições neoconservadoras. Um estudo divulgado recentemente indica que o votante-tipo da Frelimo é oriundo do Sul do país, mais velho, protestante, escolarizado e "rico", enquanto que o retrato-"robot" do apoiante da Renamo revela um eleitor do Centro-Norte, mais jovem, católico, analfabeto e "pobre".

O documento, de carácter confidencial, foi elaborado por especialistas da VoxPopuli, a empresa brasileira que assessorou as campanhas presidenciais de Collor de Mello e de José Eduardo dos Santos e que está agora a trabalhar com Chissano e a Frelimo. Publicado pelo diário antigovernamental "Imparcial", aquele estudo indica que, para a opinião pública, a conquista da in-

dependência, há 20 anos, ainda constitui a principal realização da Frelimo. Por outro lado, as críticas mais frequentes referem-se ao elevado custo de vida e à má governação.

Surpresa maconde

A maior surpresa, contudo, vem da etnia maconde, na província nortenha de Cabo Delgado. Base histórica da guerrilha da Frelimo na luta anticolonial, os macondes contam-se actualmente entre as etnias mais favoráveis à Renamo, ainda segundo o mesmo documento.

Afonso Dhlakama tem sabido utilizar com habilidade as dificuldades da Frelimo, ganhando mais votos com os precalços do adversário do que com o seu próprio programa político, ainda desconhecido para além das generalidades. Utilizando uma oratória que faz irresistivelmente pensar em Samora Machel, o líder da Renamo tem veiculado uma mensagem tranquilizadora e reconciliante, recheada de promessas de que o seu partido jamais retomará as armas.

Definitivamente afastadas parecem as hipóteses de vitória da oposição não armada. Privados de recursos humanos e financeiros e incapazes de constituir alianças, os pequenos partidos aparecem agora ainda menos influentes no panorama político moçambicano. O número de políticos da oposição não armada com intenções de concorrer à Presidência estava ontem, a poucas horas de expirar o prazo das inscrições, praticamente reduzido ao líder do Partido Independente Moçambicano (Pimo), Yakub Sibindy, conotado com sectores islâmicos, e ao independente Mário Machel, sobrinho do primeiro chefe de Estado. ■

New role for South African forces

South Africa's defence forces are to be totally reorganised following the change of government. Keith Somerville tells what may happen and how South Africa could have a major peacekeeping role on the African continent.

NEW AFRICAN, Set./94

In his address to the first full sitting of the new national parliament on 24 May, President Nelson Mandela went out of his way to pledge his full support for the security forces in the fight against political extremism in South Africa. Following on from his fulsome praise for the army and police in his inauguration speech, in which he lauded the role of the security forces in keeping the peace during the elections before he paid tribute to the cadres of *Umkhonto we Sizwe* for their role in fighting apartheid, this indicates the vital importance placed by the new President and power-sharing government in maintaining the loyalty of the South African Defence Force and the South African Police.

There are many reasons for this deference to the feelings of the existing security forces. Chief among them is the total failure of the 3,150 strong National

Peacekeeping Force (NPKF) to function as a disciplined unit in the weeks running up to the election and during the election itself. Attempted mutinies, drunkenness, accusations of racism against the white officers and a tendency to disintegrate in the face of gunfire rendered the force useless in suppressing township violence in places like Katshehlong and Tokoza on the East Rand.

The NPKF cannot be counted on even in the wake of the elections to function as a peacekeeping force or an arm of the security forces. Most of its units were withdrawn from the streets in the last week of April and are unlikely to be deployed without thorough reorganisation and retraining. Although the pre-election level of political violence has not resumed, there have been periodic bouts of gang violence in the East Rand and Natal. In

May, 12 youths were killed in Tokoza during faction-fighting. The threat of continued violence between gangs which fought originally for political reasons but now have established feuds to fuel the killings means that there will still be a need for police paramilitary units (such as the hated and feared Internal Stability Unit) and the SADF to be deployed to maintain or restore security in troubled areas.

The SADF will have to play a major role in this, because of the urgent task of reorganising the police. The new Safety and Security Minister, Sydney Mufamadi, has stated his aim of restructuring the police from a basically military force which approaches policing in black areas in a confrontational fashion and views the

Continua na pág. 8

Opinião

Nelson Saúte, em Maputo

PÚBLICO, 2.9.94

Quem mais comerá no governo de unidade nacional?

O SEMANÁRIO "Tempo", de Maputo, publicou há dias uma caricatura exemplar do momento político que se vive hoje em Moçambique. Os dois líderes políticos mais importantes do país aparecem retratados junto do Presidente sul-africano, Nelson Mandela. Afonso Dhlakama implora: "Avozinho, convença o Chissano a aceitar um GUN [governo de unidade nacional] em Moçambique." Enquanto isso Joaquim Chissano, Presidente da República, não se deixa impressionar: "GUN??? Que chatice!" A questão do governo de unidade nacional voltou à agenda política depois da controvérsia que gerou há meses, dividindo a Frelimo, cujo presidente o enjeita, e a Renamo, que vê nele uma plataforma para assegurar o seu futuro, embora afirme que é o futuro do país que está em causa.

Dhlakama convocou, na semana passada, uma conferência de imprensa para reafirmar a sua convicção na única hipótese que pode salvar o país de uma guerra: "O meu problema não é ser vice-presidente, mas sim o que vai acontecer 24 horas depois das eleições." Deste modo, foi recuperar o fantasma angolano que aflige os moçambicanos. Por outro lado, usa inteligentemente o exemplo de Mandela. Chissano, que está seguro da sua eleição como Presidente da República e da vitória da Frelimo nas legislativas, recusa-se, não obstante as pressões interna e externa (as declarações do embaixador americano sobre o assunto levantaram enorme polémica), a aceitar um compromisso pré-eleitoral.

A posição de Chissano não é consensual na Frelimo. Há quem veja no governo de unidade nacional uma forma de eliminar qualquer possibilidade de derrapagem do processo. E este argumento tem o seu peso. Ao longo de muitos anos, os guerrilheiros da Renamo, muitos dos quais foram desmobilizados, combateram não porque defendiam um programa ideológico contrário ao do regime, mas porque, raptados da miséria absoluta em que viviam, tinham a promessa do poder e as suas respectivas benesses quando, finalmente, derrotassem a Frelimo. O que, pelo menos militarmente, acabou por acontecer. Não fosse esse facto, a Renamo não teria ganho o estatuto de cidade que actualmente ostenta.

Dhlakama, que prevê e aceita implicitamente uma derrota nas urnas, está a braços com um dilema: que fará depois de Outubro aos homens que o ajudaram a chegar a Maputo? Ele já mandou para casa milhares e milhares de soldados rasos, mas não pode expulsar, mesmo à porta da cidade prometida, os seus antigos oficiais.

Perdendo as eleições não tem possibilidade de os acomodar, a não ser que a Frelimo aceite o tão propalado GUN. Foi por isso que decidiu recuperar a ideia de um Governo de Unidade Nacional que, a despeito de ser um presente envenenado, é a única forma de resolver uma das contradições mais inquietantes que se vive no palco onde se encena a farsa política nacional.

Enquanto isso, milhões de ex-deslocados, agora baptizados como regressados, percorrem os caminhos do retorno impossível. A todos eles, como a outros desertados, o que se passa nos círculos da política caseira é indiferente. Porque, no divórcio entre os que detêm a urbana voz que decide e a população, cuja maioria é rural, que sobrevive prisioneira dos pseudopolíticos, lá se vai encenando e reencenando a indigência da política nacional.

A Frelimo e a Renamo exploram este facto. Cada qual a seu modo. Todos sabem que o povo está cansado de guerra. Que está disposto a ter paz a qualquer preço. A chantagem que ambas exercem — uma assumindo uma postura arrogante e a outra vestindo a toga da impossível humildade — resulta de uma única premissa: de quem é o tacho? Quem decide quem mais se aconchega à gamela? Porque entre as duas — a Frelimo e a Renamo, entenda-se — nada mais está em causa.

Paradoxalmente, ainda que duvidemos da posição de Afonso Dhlakama, a verdade é que ele retirou a Joaquim Chissano a mais importante iniciativa política para Moçambique nos próximos anos. Chissano diz que não, mas acabará por aceitar. Porque, não há dúvidas de que o país precisa de um esforço nacional, independentemente das divergências ideológicas ou outras, para desenrolar da indescritível miséria em que se encontra. A Frelimo, já se viu, é incapaz de o fazer. Hoje está à frente de um país desgovernado. Moçambique é um barco à deriva. Os poucos problemas que se resolvem são resultado da própria inércia. A corrupção — para não falar de outras enormidades — atingiu todo o tecido social. Não há formas de a debelar. Todo o corpo está infectado. Não é possível impedir que se propague.

O país precisa urgentemente que os moçambicanos estabeleçam consensos sobre questões fulcrais. Só um entendimento nacional poderá evitar maior abismo do que aquele que se experimenta actualmente. Dhlakama recusou, antes dos acordos de Roma, avançar com um governo de unidade nacional numa fase de transição para a democracia. O seu recuo agora é visto com desconfiança.

Não obstante, reside nele a condição imprescindível para a paz e para a estabilidade mínimas, sem as quais não haverá possibilidade nenhuma de um projecto, seja ele qual for, para Moçambique voltar a ser alguma coisa. E, para tal, os moçambicanos já hipotecaram tudo. Por isso não lhes custa ver mais um abutre assomar à panela do poder. "A questão do GUN resume-se no seguinte: quem mais vai comer do grande tacho?" Assim desabafou um anónimo, num recente debate sobre a questão. Quem percorre o país e se deixa rever na abominável indigência a que este povo está votado sabe que essa voz magoada, na sua sarcástica ironia, está inflamada de razão. ■

O Huambo foi bombardeado

PÚBLICO, 2.9.94

A AVIAÇÃO governamental angolana, que voava a grande altitude, lançou na quarta-feira bombas de fósforo sobre a cidade do Huambo, tendo morto perto de 30 pessoas, mas nem nesta ocasião nem noutras anteriores Savimbi foi ferido, ao contrário do que se afirmou em Luanda, disse ontem ao PÚBLICO o representante da UNITA em Portugal, Adalberto Costa Júnior.

Por outro lado, não é verdade que tenha havido qualquer alteração de fundo às reivindicações daquele partido sobre o governo da província do Huambo, apesar de terem surgido notícias de que a UNITA estaria agora disposta a aceitar a nomeação de uma personalidade neutra, como por exemplo Onofre dos Santos, esclareceu ainda o mesmo delegado de Jonas Savimbi.

O que se aguarda nesta altura é que o Conselho de Segurança da ONU (dentro dos próximos 15 dias) se pronuncie sobre o processo angolan

lano e, se houvesse uma hipotética aplicação de novas sanções à UNITA, seria como que "a destruição do quadro de Bicesse", para se começar novamente a partir do zero, indicou Adalberto Costa Júnior, a propósito das notícias de que haveria dados novos em Lusaca.

"Os centros de decisão estão em circunstâncias de tomar uma opção difícil, havendo posições diferentes entre o secretário-geral Butros Butros-Ghali e o Conselho de Segurança", considerou a mesma fonte, que, a par disto, desmentiu informações sobre a alegada morte de alguns generais da UNITA, incluindo Bock, sobrinho e chefe de gabinete de Jonas Savimbi.

Butros-Ghali, que aparentemente é agora mais bem visto pela UNITA do que a generalidade dos membros do Conselho de Segurança, decidiu entretanto enviar a Angola e a Lusaca um seu emissário especial, James Jonah. Es-

te, no prazo de duas semanas, deverá elaborar um relatório para o Conselho de Segurança, sobrepondo-se assim ao mediano oficial Alioune Blondin Beye.

O maliano Beye tem vindo ultimamente a ser acusado nos meios governamentais angolanos de estar a fazer o jogo da UNITA, no sentido de procurar adiar o mais possível a aplicação das novas sanções. E, por haver agora um novo diplomata a trabalhar no assunto, não é de crer que se concretize, ou pelo menos que dê algum resultado significativo, a reunião que o Conselho de Segurança deveria efectuar hoje para apreciar o andamento das morosas conversações de Lusaca.

Quanto a Onofre dos Santos, coordenador das eleições de 1992 em Angola e das deste ano na Guiné-Bissau, desmentiu ontem à emissora privada luandense LAC estar em vias de ser indigitado para governador da província do

Huambo, como forma de ultrapassar esse ponto de divergência entre as autoridades angolanas e a UNITA.

Ao fim do dia, a impressão geral que se podia colher era a de que todo o processo continua muito embrulhado, apesar das notícias que haviam dado conta durante a manhã de que se desbravara algum terreno e de que o governo do Huambo já não estava a ser um grande obstáculo.

A UNITA boicotou as sessões de trabalho de negociações que ontem estavam previstas em Lusaca e disse que só voltará à mesa negocial depois de devidamente esclarecido o bombardeamento ao Huambo, que desde há mais de um ano é o quartel-general de Jonas Savimbi. De modo que a esperança que alguns tinham de que esta semana se avançasse alguma coisa voltou uma vez mais a malograr-se. ■

Jorge Heitor,
com Aguiar dos Santos
em Luanda

Continuação da pág. 7

New role for South African forces

townships as enemy territory into a community-based force. One of his primary tasks will be to attempt to disarm the factions in the townships (including the ANC-linked self-defence units) and to stem the flow of illegal weapons into South Africa.

To achieve his aims and to provide security as the police are restructured, the Mufamadi will have to rely heavily on the SADF for internal security functions. And it is undoubtedly with the need for this security umbrella and stability within the SADF in mind that in late May the new Defence Minister, Joe Modise, announced that the current SADF chief, General George Meiring, would retain his post for the next five years.

Unlikely partners

Modise and Meiring make unlikely partners in the task of creating South Africa's new National Defence Force. Modise was the commander of Umkhonto we Sizwe in the years leading up to the unbanning of the ANC, while Meiring, in the 1980s, commanded the South West Africa Territory Force, which spearheaded the South African resistance to SWAPO's attempts to liberate Namibia. Meiring then moved into the upper echelons of the SADF command structure and was vociferous in the early 1990s in opposing the integration of *Umkhonto* cadres

into the SADF in the wake of a political settlement.

But political reality has impinged itself on both the ANC and the old SADF commanders. They realise that in the face of threats to internal stability they need to work together to form a defence force that is both domestically acceptable and capable of a disciplined approach.

Integration will be a slow and complicated process. The failures of the NPKF shows that a too rapid integration process can end in disaster. Ronnie Kasrils, the former head of ANC military intelligence who is likely to head a parliamentary committee monitoring the integration process, says that the NPKF was a failure but mainly because it only had six weeks in which to train and deploy its recruits.

Before integration can start in earnest, though, decisions still have to be made about the size and nature of the SADF. Until recently, the 95,000 strong SADF has been a mixture of professional soldiers who volunteered for service and white conscripts. Conscript is likely to end or be changed to a ballot for conscripts affecting all groups in South Africa. The overall size of the defence force is to be reduced to around 60-70,000 and to include 5-10,000 Umkhonto cadres, up to 10,000 former members of the homeland defence forces from Transkei, Ciskei, Venda and Bophuthatswana and possibly a few hundred recruits from the PAC's military wing, APLA, and men given military training by the Inkatha Freedom

Party. These will be brought together with the professional core of the old SADF.

And, decisions must be made about the future role of the defence force. As there is no obvious external threat to South Africa's borders, the defence force's frontier defence role will centre on issues like illegal immigration from Mozambique, arms, drug and other forms of organised smuggling, maritime patrols and counter-insurgency. In the short-term, the defence force will take on internal security duties (a role originally opposed by the ANC) but in the long-term will, now that South Africa has joined the OAU and is no longer persona non grata at the UN, undoubtedly play a growing role in OAU or UN-backed peacekeeping operations.

Although it is too early for South Africa to be seriously considered for a major role in such duties, commentators in Johannesburg have already suggested that in years to come, the National Defence Force could form the backbone of African security or peacekeeping forces in countries like Rwanda.

But this will all be at a cost to the South African government. The ANC was looking for a peace dividend from the restructuring of the defence force. This may prove illusory as Modise and Meiring argue for the need for a large force with new weapons, both to take on new functions within and beyond South Africa's borders but also as "toys for the boys to keep the commanders and the rank and file of the force happy. ■

Uma lança em África

EXPRESSO, 3.9.94

APÓS o recente fracasso da Cimeira Lusófona em Lisboa, que envolveu uma querela diplomática surda entre portugueses e brasileiros, o acordo esta semana estabelecido em Cabo Verde para a difusão da RTP-Internacional e da RDP-Internacional constitui um êxito assinalável. E abre um novo ciclo na política de cooperação com os países de expressão portuguesa, uma política que durante anos se revelou titubeante, com alguns sucessos esporádicos e muitas oportunidades perdidas pela ausência de uma visão estratégica.

Foram, frequentes vezes, mais valiosas e frutíferas as iniciativas isoladas de milhares de portugueses que restabeleceram, nestes vinte anos, relações de trabalho e cooperação em África e a actividade de várias organizações não-governamentais do que muitas medidas inconsequentes dos governos que se sucederam em Portugal.

ENCERRADO o ciclo colonial, o país recentrou-se no seu espaço europeu, com uma economia pouco desenvolvida e dependente do exterior. A aposta do novo regime democrático na integração europeia evitou um novo isolamento de Portugal e um atraso irremediável de desenvolvimento em relação ao resto do continente. Mas o processo de evolução da União Europeia tenderá a confirmar de forma mais nítida uma realidade que não deve ser disfarçada: o país situa-se como uma pequena região da grande Europa comum e sem fronteiras, com uma influência necessariamente limitada.

A capacidade de os portugueses se afirmarem nesse contexto passa, inevitavelmente, pelo aproveitamento de uma outra singularidade e potencialidade: a pertença a um espaço linguístico com 200 milhões de pessoas, que se alarga muito para além dos limites europeus. A língua portuguesa é uma mais-valia histórica decisiva para a construção do futuro. Que não pode ser desperdiçada na era da informação e da comunicação a nível planetário.

NESTE quadro, a presença político-cultural portuguesa em Cabo Verde e em África deu um significativo passo em frente com a abertura das emissões da RTP-I e da RDP-I. Que prometem ser estendidas em breve, após a redefinição dos equilíbrios políticos provocada pelos processos eleitorais, aos outros países africanos de expressão portuguesa. São acordos que revelam uma política coerente e acertada do Governo no domínio da cooperação. E num momento decisivo em que esse espaço lusófono começava já a ser ocupado e integrado nas áreas de influência das línguas francesa e inglesa.

Televisões, rádios, escolas, jornais, livros, filmes e formação de quadros são alguns dos meios fundamentais hoje em dia para a afirmação de Portugal e da Comunidade Lusófona. A criação da RTP-I em 1992 tornou-se um instrumento estratégico dessa política e abrangerá, em Dezembro, todo o mundo, incluindo o Brasil e a restante América do Sul, com emissões de 24 horas diárias.

Esse meio privilegiado de influência e ligação entre 200 milhões de pessoas que falam português não pode reduzir-se, contudo, à tecnologia e ao número de horas de emissão. A par da quantidade exige-se a qualidade. E a capacidade de os responsáveis políticos por essa área nevrálgica da comunicação perceberem que não basta enviar por satélite um conjunto de programas que pouco ou nada têm a ver com os problemas e as realidades em que vivem os seus destinatários.

Ainda há prisioneiros de guerra

PÚBLICO, 3.9.94

ADESCOBERTA de um antigo combatente da Renamo na cadeia provincial de Inhambane veio confirmar recentes denúncias de existência de prisioneiros de guerra em Moçambique. O preso foi apresentado, na quinta-feira, ao PÚBLICO, em Maputo, por Manuel Fonseca, presidente da comissão encarregada de fiscalizar as actividades do Serviço de Informação e Segurança do Estado (SISE).

Alexandre Niquisse Macassa, um deficiente de guerra com 35 anos, foi libertado da cadeia de Inhambane no dia 23 de Agosto, na sequência de buscas desenvolvidas por uma brigada daquela comissão, a Cominfo. A falar em xitsua, através de intérprete, contou que foi incorporado nas forças da Renamo em 1982, na sua província natal, Inhambane. Depois de receber treino militar na base de Nhenguene, em Gaza, participou em numerosas operações até que, em 1989, foi ferido e capturado por forças governamentais no rio das Pedras. Evacuado para Inhambane, foi-lhe diagnosticada gangrena e amputaram-lhe a perna direita.

Embora nunca tenha sido julgado, permaneceu nas mãos da Brigada Operacional da polícia de Estado até 1992, ano em que foi assinada a paz e decretada a amnistia para todos os antigos combatentes. Nessa altura, em vez de ter sido libertado, como aconteceu com a maioria dos prisioneiros de guerra, foi transferido para a cadeia provincial de Inhambane, onde permaneceu até agora.

Macassa revelou que as condições de alimentação e alojamento eram péssimas e que, quando ocorriam visitas de fiscalização da Cruz Vermelha ou de outras organizações humanitárias, os prisioneiros de guerra eram temporariamente escondidos pelos guardas no exterior da cadeia. Denunciou igualmente a utilização de presos em trabalhos forçados, em explorações agrícolas privadas.

"Sei que há mais prisioneiros políticos", disse o presidente

da Cominfo, Manuel Fonseca, precisando que a comissão está a elaborar uma lista de nomes para futura investigação. Fonseca manifestou-se convencido da existência de pelo menos 60 prisioneiros naquelas condições na província de Inhambane.

O presidente da Cominfo revelou igualmente ter recebido denúncias sobre a alegada existência de uma cadeia de máxima segurança à qual nem aquela comissão nem a ONU tiveram ainda acesso.

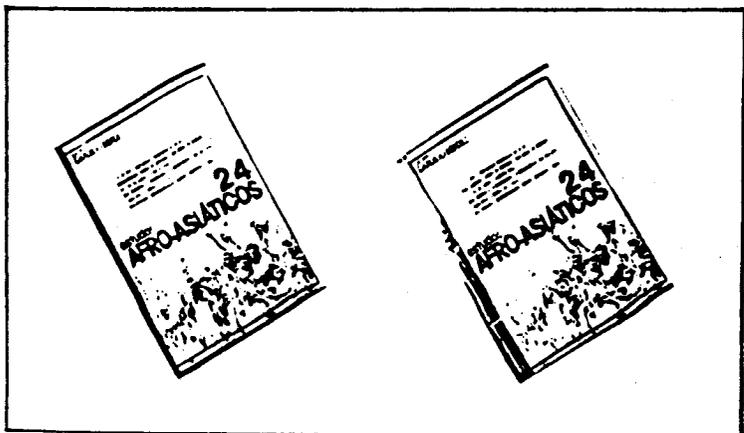
Uma candidatura xiita

"Vamos exigir imediatamente o acesso a todas as cadeias do país", disse Manuel Fonseca, segundo o qual a Cominfo vai iniciar visitas de fiscalização aos estabelecimentos prisionais com a participação da Cruz Vermelha e da Amnistia Internacional.

[Entretanto, dado fundamental do processo moçambicano, terminou ontem à noite o prazo para a apresentação das candidaturas às eleições presidenciais e legislativas que se realizam nos dias 27 e 28 de Outubro. No caso das primeiras, a grande novidade é a candidatura presidencial de um antigo soldado da Frelimo, Yakub Sibindy, de 36 anos, actualmente líder do Partido Independente Moçambicano (Pimo) e beneficiário do apoio de muçulmanos xiitas, em especial na província de Nampula.

Se bem que os muçulmanos de Moçambique sejam tradicionalmente sunitas e de cariz liberal, nos últimos meses constatou-se muito o aparecimento de uma corrente xiita, fenómeno ainda não devidamente analisado pelos órgãos de comunicação social, mas que muita importância poderá vir a ter a médio prazo.] ■

José Pinto de Sá,
em Maputo



Terminadas as candidaturas às eleições de Outubro

Dois trezes para Moçambique

PÚBLICO, 4.9.94

TREZE CANDIDATOS disputarão a Presidência e 13 listas vão concorrer ao Parlamento, nas primeiras eleições multipartidárias da história de Moçambique, marcadas para 27 e 28 de Outubro.

Na sexta-feira, último dia de apresentação das candidaturas, a sede da Comissão Nacional de Eleições registou inusitado movimento de políticos retardatários, ocorrendo à última hora para cumprir os requisitos legais.

A lista dos candidatos presidenciais compreende Joaquim Chissano (Frelimo), Afonso Dhlakama (Renamo), Ya-Qub Sibindy (Partido Independente de Moçambique, Pimo, de forte componente islâmica), Domingos Arouca (Frente Unida, Fumo) e Máximo Dias (Movimento Nacionalista, Monamo), bem como o independente Mário Machel, sobrinho do primeiro chefe de Estado, morto em 1986 num desastre de avião.

As eleições legislativas serão disputadas pela Frelimo, Renamo, Fumo, Pimo, Partido Democrático (Pademo), Partido da

Convenção Nacional (PCN), Partido do Progresso do Povo (PPPM), Partido da Renovação Democrática (PRD), Partido Trabalhista, União Nacional (Unamo), Partido Social-Liberal (Sol) e duas coligações: União Democrática e Aliança Patriótica. Da primeira fazem parte o Partido Democrático (Pademo), o Partido Nacional Democrático (Panade) e o Partido Liberal Democrático (Palmo). Da segunda o Monamo e a Frente de Acção Patriótica (FAP, que nas presidenciais apoia o independente Carlos Jeque).

Os trabalhistas concorrem apenas em cinco círculos eleitorais, enquanto as restantes formações estarão presentes nos 11 círculos existentes: as 10 províncias mais a cidade de Maputo.

Assinaturas difíceis

Embora poucos o tenham admitido, o facto de

quase todas as candidaturas terem sido formalizadas no último dia ficou a dever-se às dificuldades encontradas para reunir as 10 mil assinaturas requeridas pela Lei Eleitoral. Entre os presidenciais, apenas Chissano, Dhlakama e Sibindy se registaram com folgada margem, reflectindo as confortáveis posições que têm à partida a Frelimo, a Renamo e também o Pimo, um partido de formação recente que conta com o apoio de organizações muçulmanas internacionais, designadamente do ramo xiita.

Se bem que recuse a etiqueta religiosa, Ya-Qub Sibindy, de 36 anos, reconhece que 95 por cento das assinaturas do Pimo foram recolhidas na província de Nampula, simultaneamente a mais populosa e a mais islamizada de Moçambique.

As listas de assinaturas e a restante documentação serão agora alvo de apreciação pela Comissão Nacional de Eleições (CNE), que

deverá pronunciar-se até amanhã sobre a regularidade dos processos recebidos. Se tudo estiver como deve de ser, os 13 homens e as 13 listas para as legislativas poderão iniciar em 22 de Setembro uma campanha eleitoral de 33 dias. Mas há muito que se vive já um certo clima de pré-campanha.

No processo de apresentação das candidaturas, os líderes mais organizados eram acolhidos à porta da CNE por grupos de apoiantes a empunhar disticos e a cantar. Afonso Dhlakama foi recebido por tambores tradicionais e por um coro jovem cujos elementos envergavam "capulanas" (panos africanos) com o seu rosto estampado. Domingos Arouca, por seu turno, ensaiou mesmo um passinho de dança, ao som de um velho êxito interpretado na beira do passeio por um conjunto "à maneira", com contrabaixo acústico e tudo... ■

José Pinto de Sá,
em Maputo

EXPRESSO, 3.9.94

Televisão portuguesa em Moçambique

O GOVERNO português aprovou esta semana o financiamento e construção do Centro de Produção de Televisão do Maputo, o maior investimento na área do audiovisual efectuado por Portugal em Moçambique. O ministro Marques Mendes adiantou ao EXPRESSO que o Centro «envolverá, na sua primeira fase, um financiamento de 650 mil contos» e que já

foram dadas instruções à RTP para lançar a obra, que deverá estar concluída no prazo de um ano.

A par deste investimento, é inaugurado dentro de dias o emissor de Nampula (também construído pela RTP) e os portugueses preparam-se para dar apoio à cobertura televisiva das eleições moçambicanas, que se realizam no final do mês de

Outubro.

Esta nova iniciativa do Executivo português surge uma semana depois do lançamento, em Cabo Verde, de emissões regulares da RTP-Internacional (que passou a ser o 2º canal televisivo do arquipélago) e da RDP-Internacional. E enquadra-se numa estratégia global de cooperação no sector audiovisual com os países africanos de expressão por-

tuguesa.

Além de Cabo Verde, do Senegal, de Moçambique e de S. Tomé e Príncipe (onde a televisão também foi construída com a iniciativa portuguesa), o Governo da Guiné-Bissau, através do seu embaixador em Lisboa, manifestou já esta semana ao Executivo de Cavaco Silva a intenção de intensificar a cooperação no domínio da rádio e da televisão.

Encontro Barroso-Mocumbi

Alerta por Moçambique

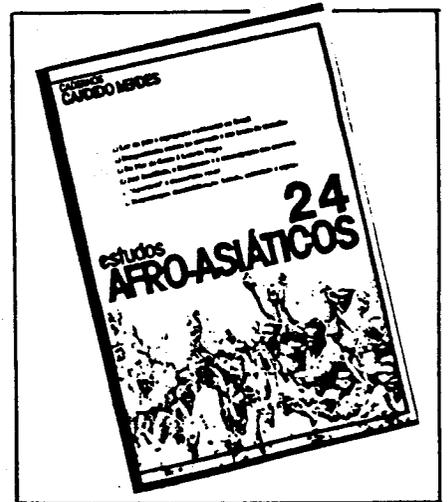
DURÃO BARROSO alertou ontem a comunidade internacional contra o risco de Moçambique ser esquecido "no dia a seguir às eleições". O ministro dos Negócios Estrangeiros falava aos jornalistas no fim de um encontro com o seu homólogo moçambicano, Pascoal Mocumbi, que fez escala em Lisboa a caminho da Conferência de Berlim, entre a União Europeia e a Comunidade de Desenvolvimento

da África Austral. Barroso lamentou o "erro" frequente das entidades internacionais, que concentram a sua atenção "apenas quando há relevo mediático", esquecendo que "muitas vezes, o seguimento é tão importante ou mais que o momento inicial do processo".

O chefe da diplomacia portuguesa garantiu que irá defender esta posição na Conferência de Berlim. Quanto ao processo elei-

toral em Moçambique, Durão Barroso recusou-se a comentar a proposta da Renamo, já recusada pela Frelimo, de um acordo pré-eleitoral para a formação de um governo de unidade nacional. Barroso limitou-se a defender o cumprimento do acordo de paz "tal como foi assinado em Roma", dando às partes "a liberdade de considerar qualquer outra possibilidade". ■

PÚBLICO, 4.9.94



SOUTH AFRICA



NEW AFRICAN, Set./94

'Confess your crimes'

An intense debate has erupted in South Africa following a decision of President Nelson Mandela's government to establish a "Truth and Reconciliation Commission" in which people guilty of apartheid crimes came forward to confess in return for amnesty. *Gift Siphiso* reports.

THE decision to institute the "Truth and Reconciliation Commission" was announced by Justice Minister Dullah Omar, soon after meeting the leader of the largest right wing organisation, Dr Ferdi Hartzenberg, of the Conservative Party, who had sought to negotiate amnesty for all right-wingers currently awaiting trial for various politically related crimes committed before the April elections. Omar had himself been the object of an attempt by security agents to poison him.

Among the right-wingers that Dr Hartzenberg sought to be indemnified were the 36 members of the Neo Nazi group, the *Afrikaaner Weerstandsbeweging* (AWB) or the Afrikaner resistance movement, who continued bombing up to the time of elections. A number of mainly black people were targeted and killed. The extremists planted bombs in black areas of the cities like taxi ranks and the area around the ANC's Shell House headquarters in downtown Johannesburg. Before his meeting with Mr Omar, the CP leader had earlier held talks with President Mandela, who outlined the importance of talks with even right-wing organisations, in the interests of national reconciliation. President Mandela said his government would abide by a decision of the multiparty talks which agreed that the cut-off date for amnesty be 5 December 1993 when minority rule ended and the Transitional Executive Council (TEC) was installed. Any offences committed after that cut-off date would be treated as purely criminal cases.

"My door is open and will

remain open for anyone that seeks to find peaceful solutions to our country's problems. My Minister of Justice is currently preparing legislation to be tabled before Parliament, which will cater for organisations currently not represented in Parliament and it is my desire and that of government to have an even-handed approach when dealing with those who has defended apartheid and those who had opposed it," President Mandela said after meeting the CP leader in his Tunhuya office in Cape Town.

Angered by the CP leader's decision to meet President Mandela, the AWB, whose leader was also scheduled to meet President Mandela, scoffed at Dr Hartzenberg and first said they would not allow their own leader Terreblanche, to have talks with President Mandela, but later Terreblanche too had talks with the Justice Minister.

Announcing his plans for amnesty, Mr Omar rejected calls by right-wing organisations that the amnesty cut-off date be extended to cover 27 April, saying this could spell disaster for the country.

Mr Omar pointed out that the cut-off date had originally been placed at 8 October 1990 (when the returning ANC exiles were first amnestied by De Klerk) but in the "interests of national unity, we extended this date to cover offences committed up until 5 December 1993. I think this was a very generous gesture on our part. Any further extension would create an impression in the minds of South Africans and the world that the cut-off date is

not serious, thereby sending the wrong signal to our country and our people," he argued.

Mr Omar said his government believed that amnesty should be accompanied by full and honest disclosures of the crimes committed for which amnesty was being sought, adding that it was a fundamental element of reconciliation that people should know who committed what against who.

"This is why my government has proposed the formation of a Truth and Reconciliation Commission, where people that seek indemnity will have to fully and honestly disclose their crimes. This will be like an act of saying yes, I accept that apartheid was wrong and that I accept responsibility for misery and agony inflicted on the victims by means of my actions and therefore seek to be indemnified," the minister said.

Mr Omar also pointed out that it was essential for the victims to and their relatives to know the nature of the crimes committed and the person who committed those crimes, not for Nuremberg Trials but as a starting point for national reconciliation.

"It is essential to know what it is that we are indemnifying and before such disclosures, there can be no amnesty. We are not just going to give people indemnity for offences we do not know. Confess your sins first and get amnesty later," the Justice Minister Dullah Omar said curtly.

Omar said the commission, which will be appointed by the President, should finish its work within 18 months to two years and will keep the President well informed about its progress and later a public statement will be made by the President when the commission finally tables its report.



Dullah Omar - tough but fair.

Omar was currently preparing legislation to come before Parliament but would not say whether this legislation would include crimes committed by the ANC in its camps abroad. All Mr Omar could say was that they would also need to be defined and stressed that there was a fundamental difference between crimes committed in defence of apartheid and those committed in opposition to apartheid.

So far, more than 13,000 people have been indemnified under the law promulgated by the last white Parliament and Mr Omar said his government was critical of the process of amnesty granted by the former government and would introduce a new set of rules regarding the granting of amnesty. Part of those rules would be disclosure of the nature of the crime committed.

But he warned that reconciliation was not just a simple question of indemnity or amnesty but that it meant people coming forward to confess their crimes in order to be forgiven by their victims. The question of reparation - compensation for victims also had to be considered. ■

Mandela fala de Timor em Jacarta

Suharto charmoso

PÚBLICO, 4.9.94

NELSON MANDELA acabou a sua visita à Indonésia com um voto de confiança na capacidade de diálogo do regime de Suharto em relação a Timor-Leste. "Fiquei com a impressão de que o Presidente compreende que o diálogo é importante para resolver a questão de Timor-Leste",

declarou Mandela aos jornalistas, no final da sua visita não oficial à Indonésia. A autodeterminação de Timor-Leste e o respeito pelos direitos humanos foram os dois temas mais quentes tratados pelos dois estadistas. Mandela comparou o caso de Timor ao da África do Sul nos tem-

pos do "apartheid", considerando que só com diálogo foi possível ultrapassar o problema do seu país.

Quanto a Suharto, foi todo ouvido: não só escutou Mandela "atentamente", como a sua resposta "deixou a clara impressão" de que o apelo deste "ao diálogo sobre esta questão foi acolhido favoravelmente", acrescentou o líder do ANC. Durante a sua curta estada de 27 horas em Jacarta, Nelson Mandela afirmou ter recebido uma carta de Xanana Gusmão, líder detido

da resistência timorense. Na carta que conseguiu enviar da prisão, Xanana Gusmão apelava à repetição do seu jugamento, bem como ao empenho de Portugal para a sua libertação, acrescentou Mandela. Quanto ao principal motivo que levou Nelson Mandela à Indonésia — a angariação de financiamentos para o ANC —, o líder sul-africano escusou-se a adiantar qualquer informação. Classificando o assunto como "confidencial", limitou-se a declarar que a viagem a Jacarta tinha sido "muito fértil em todos os planos". ■

PORTUGUESES EM NACALA

SOLDADOS ESPECIAIS

TEXTO: CÉSAR CAMACHO
FOTOGRAFIAS:
LUÍS VASCONCELOS

PÚBLICO, 4.9.94

No final de Setembro, a equipa de instrutores militares que Portugal destacou para Nacala, no Norte de Moçambique, termina a sua tarefa primária de formar três batalhões especiais. Comandos. Quase toda a doutrina, esforço e disciplina que eram aplicáveis aos recrutas portugueses que passaram pelo extinto centro de instrução do Grafanil (Luanda) ou pelo, também extinto, Regimento de Comandos da Amadora revive ali.

Minutos antes das sete horas da manhã, os cerca de 300 instruídos, metade recrutados nas hostes da Renamo e a outra metade na Frelimo, aproximam-se do local de formatura, a enorme área de parada do antigo Batalhão de Caçadores Pára-Quedistas, do tempo colonial.

Com o aparecimento dos dois comandantes, o moçambicano Lourenço de Sousa e o português Graça Alves, ouve-se o grito "batalhão, formar". Um minuto depois, as quatro companhias do batalhão de instrução estão em formatura para assistirem à cerimónia de içar da bandeira nacional.

Num outro mastro, permanentemente, está içada a bandeira portuguesa. Trata-se de uma deferência dos comandos moçambicanos que frequentaram o seu curso de comandos em Portugal. Durante o tempo que permaneceram no quartel da Amadora, o regimento manteve içada a bandeira de Moçambique. Ritual por ritual, homenagem por homenagem. Se não fosse aquela perfilada mancha de restos negros, com movimentos sincronizados em obediência às vozes de comando dos instrutores, podia passar a ideia de se estar na parada do regimento da Amadora. Em cada dia, um dos instruídos lê o "código de honra das Forças Especiais", adaptado do código-comando. Afinal, esta nova tropa de elite moçambicana também herdou o distintivo e outra simbologia.

Em Janeiro, quando o destacamento português constituído por instrutores dos comandos e das operações especiais (Lamego) iniciou a tarefa de treinar o primeiro batalhão, os dados pareciam apontar para uma missão impossível. O tempo disponível era pouco e havia dificuldade em seleccionar "matéria-prima" capaz.

As disposições resultantes dos acordos de Roma impunham que o recrutamento fosse feito na proporção de 50 por cento para cada

um dos signatários, Frelimo e Renamo. A primeira dificuldade tinha que ver com a regra estipulada pelos dois oficiais responsáveis, o moçambicano e o português: "Não queremos gente obrigada, ou recrutada à força." A saturação de tantos anos de guerra não parecia fornecer indicadores de voluntariado para as novas tropas.

Mas o problema começou por resolver-se com uma segunda exigência dos principais oficiais responsáveis pelo programa de formação: "Quem vai sofrer o que eles vão sofrer precisa de três refeições por dia. Refeições a sério. Outro compromisso terá que ser a atribuição do pré e seu pagamento em tempo razoável. Isto é, nada de pré em atraso." As três refeições ficaram garantidas, o cumprimento das obrigações com o pré ficou prometido. Para muitos daqueles homens essa garantia já significava um incentivo tentador.

Com estas possibilidades de recrutamento mais atraentes, faltava resolver outro tipo de problemas, particularmente em relação aos efectivos recrutados nas zonas de influência da Renamo. A maioria desses rapazes nunca tinha saído da mata. Chegaram a Nacala em pequenos grupos. Alguns vinham pouco menos que nus. Desconfiados quanto ao que lhes ia acontecer. Foi preciso ensinar-lhes o mais rudimentar.

Só o espanto com que olhavam para o jacto de água que saía de uma torneira foi suficiente para os instrutores calcularem o que tinham em mãos. Houve quem ficasse tempo sem fim deslumbrado a ligar o interruptor que apagava e acendia uma lâmpada fluorescente, acompanhando com movimentos do corpo os "estremecimentos" luminosos da lâmpada. Um veterano sargento ajudante, com dificuldades em desvencilhar-se de um minúsculo macaco (sagui) que o seguia por todo o campo de instrução, comentava: "Já me tinha acontecido, em Portugal, receber rapazes que nunca tinham visto um comboio, outros que nunca tinham visto o mar e até alguns que mostravam relutância em tomar banho. Mesmo assim, isso foi há muitos anos..."

Ali, em Nacala, foi preciso ensinar que não resultava, antes pelo contrário, limpar o rabo a uma pedra e atirá-la para dentro da sanita. A verdade é que a maior parte dos recrutas nunca tinha visto sequer uma cama de rede metálica, muito menos um colchão, com lençóis e travesseiro. Tudo luxos que, para eles, talvez valessem o esforço que lhes ia ser

exigido mal se notasse o efeito da alimentação regular, da desparasitação, da higiene pessoal elementar.

O coronel Graça Alves, comando, brevetado em pára-quedismo, experimentado na guerra de guerrilha, mostrava-se satisfeito com os resultados do seu destacamento de instrução. Tinha levado com ele bons oficiais, bons sargentos, bons auxiliares praças. A aproximação dos instrutores aos instruídos é mais fácil, pela vantagem da língua.

O que se passava em Nacala, com o treino das forças especiais, não tinha nada que ver com as unidades de infantaria que estavam a ser treinadas pelo Zimbabwe com assistência inglesa. Não que os outros tenham menos capacidade. No campo de treino orientado pelo Zimbabwe a tarefa mais difícil está atribuída a um jovem alferes, ido da Frelimo, que não quer continuar na tropa. Quer antes voltar a estudar e "fazer qualquer coisa pela vida".

É ele que tem a obrigação de traduzir do inglês para português cada um dos ensinamentos proporcionados pelos instrutores zimbabwianos e ingleses. Evita traduzir a velha série de "bocas de caserna" da língua inglesa, pelos vistos mais humilhantes que as proferidas no vernáculo dos instrutores portugueses. Um instrutor português pode repreender um recruta mais azelha chamando-lhe "seu burro em pé", mas nunca usar expressões depreciativas que relacionem a cor ou a raça.

Agora, já em vésperas de entregar o terceiro batalhão completo ao Estado-Maior das FADM, o coronel Graça Alves vai limitar-se a fazer um relatório de toda a sua missão. Deve incluir recomendações que os poderes políticos poderão acolher ou não. Entre elas, suscitará o interesse por que o treino operacional seja acompanhado por assessores portugueses. "Todo o trabalho conseguido até agora pode perder-se se não houver acompanhamento. Talvez se devesse estudar uma modalidade de missão permanente", diz o oficial, sublinhando que não lhe compete intrometer-se na orientação e decisões superiores.

Serão hipóteses de trabalho a definir pelo Governo português e pelo Governo moçambicano que sair das eleições de Outubro. Entre os oficiais insinua-se que a missão portuguesa devia manter-se, na mera condição de conselheiros técnicos, pelo menos durante o período eleitoral. É uma fase em que se mantém uma ligação muito forte entre os quadros moçambicanos, os instrutores portugueses e as tropas por eles formadas. ●

NÃO HÁ MILAGRES PARA FAZER SOLDADOS



TEXTO:

CÉSAR CAMACHO

FOTOGRAFIAS:

LUÍS VASCONCELOS

PÚBLICO, 4.9.94

A força militar mantém-se como a marca mais forte do poder na maior parte dos países africanos. É a velha regra. Quem tem as espingardas pode e manda. Em Moçambique tenta imprimir-se um modelo diferente, confiando em que a construção de forças armadas descomprometidas com os partidos possa garantir vida demo-

crática. Segurança em vez de perturbação e risco foi a tese defendida por todas as partes envolvidas no processo de paz que se iniciou em Roma. Os soldados confiam nos instrutores. Acreditam no que eles lhes dizem. Se essa confiança for quebrada, tudo se degrada.

Nos acordos celebrados, o Governo chefiado por Joaquim Chissano insistiu em que o Exército deveria ter um efectivo de 30 mil homens quando se realizassem as eleições. A outra parte, a Renamo, concordou. O processo de formação devia ter-se iniciado em 1993. As coisas não correram bem, com desmobilizações, acantonamentos de militares da Frelimo e da Renamo, sublevações por não pagamento de indemnizações aos desmobilizados. As primeiras iniciativas para formar forças armadas sem associação aos "partidos armados" acabou por sofrer atrasos. Iniciou-se em Janeiro de 1994.

Frelimo e Renamo concluíram que era impossível ter um exército de 30 mil homens até Outubro. Apontaram então para metade. Considerava-se possível fazer formação de 15 mil efectivos, organizados num mo-

delo mínimo de forças regulares. No final de Setembro, o que houver organizado chegará aos cinco mil. Não foi propriamente um acto falhado, mas não se chegou a um quinto do programa. Portugal cumpriu o que foi possível da sua parte, a Inglaterra e a França dizem que também. Cada país declara ter feito o melhor na mais complicada das tarefas inscritas nos acordos de Roma. Impossível era operar milagres.

A exigência de metade do Exército ser constituída por pessoas da Renamo e a outra metade pela Frelimo complicou ainda mais os programas de formação. Quando as equipas de selecção iniciaram o seu trabalho, depararam com um cenário confrangedor. Já estavam à espera de ver muita gente jovem marcada pela fome e por todo o cortejo de privações. A realidade era pior.

O oficial português que comanda o grupo de instrutores da Escola de Fuzileiros, quando mostrou os seus instruendos, já na fase final dos treinos, desabafou: "Estão aí pessoas que parecem ter retomado a fase natural de crescimento. Semanas depois de terem acesso a três refeições

por dia e em conjugação com o exercício físico disciplinado, cresceram dois centímetros."

A maior parte dos jovens, em particular os que eram recrutados nas zonas controladas pela Renamo, nunca tinham visto meias ou experimentado uma peça de calçado. Receber quatro pares de meias e dois pares de botas foi um acontecimento tão importante como comer três vezes ao dia. Talvez por isso, um dos oficiais portugueses, no centro de formação de fuzileiros, tenha reparado no soldado que não quis ir à cidade com os outros. Quando correu para o carro, meteu os pés num charco de água, salpicou a farda. "Limpo a farda e vou à cidade amanhã", disse-lhe o soldado.

Bons sintomas, diziam os instrutores. "Pior é se não houver acompanhamento e esta gente desemboca na grande balda." Os militares da missão portuguesa dizem esperar que após as eleições sejam retomadas modalidades de cooperação que permitam esse acompanhamento, até que o sistema esteja suficientemente seguro. A conclusão a retirar é que não se faz um exército no período de um ano. ●

CAPACETES AZUIS PORTUGUESES NA HORA DE "LEVANTAR A FEIRA"

A OUTRA EMBAIXADA EM MOÇAMBIQUE

PÚBLICO, 4.9.94

O Batalhão de Transmissões n. 4, que integra a força de paz da ONU em Moçambique, já entrou na chamada fase de "levantar a feira". As eleições no país são em 27 e 28 de Outubro. É a altura do regresso para o efectivo português de capacete azul. Em pouco tempo fez história e parece ter ganho direito à divisa de "grande embaixada". Lá se tem reunido e divertido a comunidade lusa, as chefias das outras delegações da ONU e, claro, a gente local das redondezas.

Para alcançarem esse estatuto de magníficos exemplos da arte de bem receber, tiveram que gastar algum dinheiro da rubrica de representação. Do saldo positivo parecem não restar dúvidas. "O que estes militares conseguiram aqui de bom relacionamento não tem preço", dizia o chefe da Missão Militar Portuguesa, brigadeiro Albuquerque. "São os que melhor sabem receber", garantia o chefe do Contingente Militar Argentino. "Têm feito um bom trabalho", confirmava o embaixador de Portugal.

No dia 5 de Julho, desembarcou em Maputo um grupo de jornalistas portugueses, convidado pelo Estado-Maior do Exército. Testemunhar a operacionalidade de uma unidade militar portuguesa no estrangeiro — facto que já não acontecia desde a I Guerra Mundial — foi a razão do convite. Tanto à chegada como à partida do grupo houve festa no BT4. "Todos os pretextos são bons para festejar. Hoje festejamos a presença deste grupo de jornalistas portugueses, que irão contar como nós nos comportamos", dizia o comandante do batalhão, tenente-coronel Miguel Leitão, um comunicador por excelência.

Certo ou errado o comportamento do BT4, a verdade é que foi quase sempre no campo deste batalhão que a comunidade portuguesa da região de Maputo se juntou. No final de Abril de 1993, quando chegaram, tiveram ao seu dispor um descampado, na área da Matola. À boa maneira da tropa, instalaram o acampamento. Usaram os contentores para arrecadações, fizeram um sistema mínimo de saneamento, montaram

tendas, activaram o sistema de comunicações de campanha.

Ao longo do tempo, o descampado tornou-se "humanamente habitável", como gostam de dizer, e por isso muito frequentado. Principalmente quando eles construíram um sistema de abastecimento de água, com depósitos e estação elevatória. A energia eléctrica, um ano depois de terem chegado, continuava a ser fornecida por geradores próprios, mas o posto de transformação da rede pública, no princípio de Junho, já estava à vista. "Pena que a linha de rede pública chegue já na hora de levantar a feira", ironizavam os responsáveis pela logística do batalhão.

Estas inovações estruturais, com toda a aparência de terem sido edificadas para ficar, precipitaram uma espécie de cerco ao acampamento do BT4. De um momento para o outro, em cada alvorada no campo, começaram a nascer ali à

Continua na pág. 14

Continuação da pág. 13

A OUTRA EMBAIXADA EM MOÇAMBIQUE

volta pequenas casas e vivendas. O que chamava a atenção era que quase todas as construções ficavam por concluir. Uma só com metade do telhado, outras com uma parede por acabar.

A causa para esta suspensão das obras parecia ter uma explicação fácil. O aproveitamento, pelos civis, das infra-estruturas de saneamento e abastecimento de água construídas pela engenharia militar portuguesa só pode acontecer quando o BT4 levantar o acampamento. Facto é que já existe lá uma cidadela, nascida no período de um ano, à sombra do BT4.

A força militar Onumuz dissolve-se logo no princípio de Novembro, realizadas que estejam as eleições nos dias 27 e 28 de Outubro. Antes, em Junho, a ONU aplicou uma resolução destinada a reduzir os efectivos. No caso português, a redução a nível do BT4 significou a transformação de um contingente de 280 elementos em 148. Saíram oito oficiais em 14. Dos 90 sargentos ficaram 52, e das 176 praças ficaram 88.

O comando português não ficou satisfeito com o método usado pela ONU. Os "onucratas",

ou a "teia azul", como passaram a chamar ao pelouro de administração e logística, limitaram-se a tomar decisões baseadas em aritmética e contabilidade orçamental. Reduzir o contingente da Onumuz a metade foi entendido como mera operação de dividir por dois. De repente, a Brigada Alpina italiana retirou e como consequência desapareceu a contribuição das suas unidades aéreas de transporte.

Quanto ao batalhão português, devia ser reduzido a metade, mas mantendo a operacionalidade e os equipamentos. O comandante português riu-se antes de dizer não. Mais de um ano depois da chegada do contingente português, o comando da Onumuz ainda não tinha reparado que a própria segurança do acampamento era assegurada pelos operadores de transmissões, com sobrecarga de funções. O importante era cumprir bem a missão operacional que lhes tinha sido atribuída. Reduzir o efectivo técnico alterava o quadro da missão.

"Se a obrigação era assegurar todo o sistema de transmissões, isso só era possível com o efectivo inicial, constituído especificamente para responder à missão exigida pela ONU." Com a in-

clusão do sector de comunicações no processo de poupança proposto pela ONU só havia uma decisão a tomar. Anular as companhias de transmissões estacionadas em Nampula e Beira. A meio do mês de Julho, já o equipamento e material de transportes da unidade de Nampula estavam a ser embarcados por via férrea com destino ao porto de Nacala.

Nova dificuldade. Os carros e contentores com equipamento foram embarcados num comboio. Uma patrulha do BT4 acompanhava a mercadoria. O restante efectivo percorreu por estrada os menos de 300 quilómetros que separaram as duas cidades. À meia-noite, a hora prevista para a chegada do comboio, lá estavam eles para fiscalizar a transferência do material para o porto marítimo. Mas o comboio só apitou oito horas depois a anunciar a chegada.

A seguir, estava a tarefa de embarcar todo o material num dos dois únicos navios de cabotagem que servem a costa moçambicana. Os militares olhavam para aquela enorme banheira picada de ferrugem com grande desconfiança. Mas embarcaram e chegaram ao destino, o porto de Maputo. ●

O "PESADELO" SAMURAI



PÚBLICO, 4.9.94

O destacamento japonês da Onumuz, encarregado do controlo de tráfego aéreo da missão de paz, coabita com o português desde a chegada. Tem instalações próprias de habitação no interior do aquartelamento português. Os seus cerca de 30 elementos usam as estruturas, convivem, adaptaram-se com espantosa facilidade à cozinha e ao culto petisqueiro dos portugueses. O sector japonês do campo tem um parque de estacionamento para as suas viaturas. Tudo militarmente ordenado, com o registo do carro, reprodução da matrícula e nome do responsável assinalados no chão.

De manhã, pouco depois da alvorada, a pequena frota estava estacionada. Entre os vários carros, havia um lugar, delimitado por uma fita vermelha. No meio, uma elevação de terra, no formato de

tumba, como acontece nos cemitérios. No chão, um nome, um número e uma matrícula que se percebia pertencer a um jipe.

Todos os dias de manhã, um soldado japonês ia lá. Ajoelhava, venerava a tumba e depositava um ramo de flores. O que significaria aquele ritual? O soldado tinha ido um dia à cidade. Estacionou, saiu, foi às compras e, para seu espanto, quando voltou para depositar as compras no jipe, este tinha desaparecido. Era inútil mandar as patrulhas da polícia militar à procura de um jipe pintado de branco com as iniciais "NU" inscritas a preto e chapa de matrícula Onumuz.

Coisa que nestes tempos se faz bem e depressa em algumas zonas de Moçambique é pintar carros e substituir matrículas. O jipe pode ter sido visto todos os dias, mas nunca mais com qualquer dado

identificador. O castigo imposto pelo comandante japonês ao soldado que "perdeu" o jipe foi esse. Todos os dias de manhã é obrigado a ir ao lugar vago, venerar simbolicamente o "companheiro" perdido, lamentando em voz alta a negligência, chamando-se a si próprio "burro", "traste sem coração", entre outros qualificativos inscritos na fôr-

mula que decorou ao longo dos penosos dias que se sucederam à fatídica ida às compras.

Mesmo assim, porque os tempos são outros, antes esse castigo, de prestar homenagem permanente ao lugar que pertencia ao carro roubado, até ao final da comissão, que ser empurrado para o compromisso de honra samurai. ●

NOTÍCIAS AFRICANAS é uma publicação do CENTRO DE ESTUDOS AFRO-ASIÁTICOS, do Conjunto Universitário Candido Mendes. Edição: Equipe do Programa de Estudos Africanos (Beluce Bellucci, Edison Botelho, José Maria Nunes Pereira, Marcelo Bittencourt e Roquinaldo Amaral Barreto). Apoio: Fundação Ford. Produção Gráfica: Hamilton Maranhães Neto (coordenação); Williams Neto (arte-final); Gicélia da Conceição e Sônia Maria (composição). Assinatura, correspondência e pedido de número atrasado devem ser encaminhados à (Subscriptions, correspondence and arrears for back issues made payable and addressed to): Sociedade Brasileira de Instrução - Centro de Estudos Afro-Asiáticos - Rua da Assembleia, 10, Conjunto 501 - CEP 20119-900, Rio de Janeiro - RJ - Brasil - Tel. (021) 531-2000/R. 259 e 531-2636, Fax (021) 531-2155. - Assinatura anual (em dólar comercial): Instituições internacionais: US\$ 250.00; nacionais: US\$ 200.00; Póstuma: US\$ 100.00. WE ASK FOR EXCHANGE.

I M P R E S S O